



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Doutoramento

Unidade curricular

Direito Privado Romano

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Christian Baldus, Professor Catedrático da Universidade de Heidelberg

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O seminário de investigação tem por objectivo introduzir os alunos no estudo do Direito Privado Romano, conferindo-lhes o domínio dos instrumentos que lhes permitam obter uma compreensão crítica e fundamentada da experiência jurídica actual. A escolha de temas a tratar espelha a discussão internacional actual em torno do Direito romano como Direito de juristas e, ao mesmo tempo, como gramática do discurso jurídico-privado europeu e latino-americano contemporâneos.

Conteúdos programáticos

1. INTRODUÇÃO

A. Finalidade específica do curso: I. *Um curso de pós-graduação*; II. *Um curso internacional em Lisboa*; III. *Um curso introdutório à própria pesquisa exegética*

B. O que o D(P)R não é e o que pode ser: I. *Equívocos pandectistas*; II. *Equívocos historicistas*; III. *A figura do jurista*

C. O que vamos estudar e como: I. *As épocas do DPR antigo*; II. *Os temas em destaque*; III. *Os juristas do séc. II, os imperadores, o senado e o DPR*

2. CONTEXTOS E FERRAMENTAS |

A. Tendências da romanística contemporânea e método tradicional:

I. *Debate italiano*; II. *Outros países europeus*; III. *Novas fronteiras?*

B. A edição menor do Digesto: Encontrar o DPR na ordem de Justiniano:

I. *História e estrutura da compilação justinianeia*; II. *História e estrutura da edição*; III. *Uso de tabelas, notas e anexos* |

C. A Palingenesia: encontrar o DPR em juristas singulares:

I. *História e estrutura da edição*; II. *Uso da edição*; III. *Limites da reconstrução das obras clássicas*

3. PROBLEMAS DE FUNDO E DE MÉTODO

A. O problema das interpolações e das “escadas textuais”:

I. *Nascimento e morte do interpolacionismo*; II. *A “nova ingenuidade”*; III. *Um novo debate*

B. O problema da individualidade das juristas:

I. *“O jurista” dos pandectistas*; II. *“O clássico” dos interpolacionistas*; III. *O paradigma do ius controversum* |

C. Os problemas da “continuidade” e do “sistema”:

I. *Retroprojeções (neo)pandectísticas*; II. *Ideologias antijurídicas*; III. *Que conceito de “sistema”?*

4. OBRIGAÇÕES E CONTRATOS: NOÇÕES GERAIS? |

A. Perspectivas modernas | **B. Estado das fontes:** I. *Gaio*; II. *Digesto*

5. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESCOLHIDAS

A. Stipulatio e condictio: I. *Estrutura e funções dos institutos ao longo da história do DPR*; II. *Actio stipulati: pressupostos*; III. *Condictio na ausência dum contrato válido* |

B. A emptio venditio como exemplo de contrato consensual:

I. *Acções do comprador*; II. *Acções do vendedor*; III. *Integração sistemática da tutela jurídica do comprador?*;

C. Acções na locatio conductio

6. A CAMINHO DE UM SISTEMA?

A. Comparações entre contratos consensuais no Digesto | **B. Consensualização da estipulação** | **C. Consensualização dos contratos reais?**



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. A REIVINDICAÇÃO

A. Estrutura da acção: fórmula e problemas: I. intentio; II. iussum de restituendo; III. condemnatio

B. O problema do ónus da prova: I. *Antes da rei vindicatio formular*; II. *No processo formulário*; III. *Desenvolvimentos ulteriores*

C. Os expedientes relativos à *rei vindicatio*: I. *Os interdictos possessórios*; II. *A actio ad exhibendum*; III. *As acções concorrentes*

8. AS ACÇÕES DOS *IURA IN RE ALIENA*

A. *A actio negatória* | **B. *A actio confessória*** | **C. Problemas de sistematização**

9. AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE

A. *a domino* | **B. *a non domino*** | **C. *sem a forma prescrita***

Bibliografia principal

Javier Paricio / Alejandro Fernández Barreiro, Fundamentos de derecho privado romano (9. ed. 2016).

Massimo Brutti, Il diritto privato nell'antica Roma (3. ed. Torino 2015)

Amelia Castresana, Derecho romano. El arte de lo bueno y de lo justo (2. ed. Madrid 2015).

Antonio Guarino, Diritto privato romano (12. ed. Napoli 2001)

Matteo Marrone, Istituzioni di diritto romano (3. ed. Palermo 2006)

Max Kaser, Römisches Privatrecht I / II (2. ed. München 1971/1975)

Álvaro d'Ors, Derecho privado romano (10. ed. Pamplona 2004)

Aldo Schiavone (A cura di), Diritto privato romano. Un profilo storico. (Nuova edizione Torino 2010).

Mario Talamanca, Istituzioni di diritto romano (Milano 1990)